ATA SEI

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE JOINVILLE-SC

ATA Nº 311 - REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis, às oito horas e trinta minutos reuniram-se para reunião ordinária no Auditório da Casa dos Conselhos, os seguintes Conselheiros Titulares e/ou os Suplentes. Constarão em negrito os nomes dos conselheiros habilitados para votação na plenária: conselheiros governamentais titulares: **Francielle Deluca Rosa, Neide Mary Camacho Solon, Hanelore Misfeld, Sineide Campos Costa.** Conselheiros governamentais suplentes: **Estefânia Rosa Basi de Souza**, Letícia da Silva Britto, Simone Wonspeher, Mônica Cristina Romminger. Conselheiros não governamentais titulares: **Gisseli Fontes de Oliveira**, **Mirian dos Santos da Silva**, **Fabiana Salomão Mazzi, Roseli A. C Nabozny.** Conselheiros não governamentais suplentes: **Daniela Aparecida Ribeiro**, **Analucia Pinto Ferreira Olah**, **Carlos Alberto Souza da Rosa,** Rafaela das Neves Marques e a Secretária-executiva do CMAS: Valquiria V. R. Backes Forster. Os convidados: Magali Von Vessen Pabst do CEEDUC, Mirian Aparecida Ferreira de Deus da Associação Essência de Vida, Carolline Tcharnoboy da Associação Arca da Aliança, Silvia Natalia Torrecija Rodrigues da APAE, Glaucia Amaral Ribas do INSS e Wely M. Kovaltschuk da AJIDEVI **1) Aprovação da pauta:** Na primeira ordem do dia a presidente realizou agradecimentos a Secretaria Executiva e aos conselheiros pelo comprometimento nos trabalhos executados nessa gestão, lembrou ainda da posse dos novos conselheiros Gestão 2016-2018, no dia 01 do corrente mês e ano às 08h30 na Casa dos Conselhos Municipais. Após realizou leitura da pauta, que foi aprovada por unanimidade. **2) Leituras:** Foi justificada a ausência dos conselheiros: Márcio Sell, Maria Teresa Soares e Evelise Maria Junkes Buzzi. Demais itens: **Ofício circular nº 11/2016/CEAS/SC**: o CEAS vem informar a aprovação da criação de grupo de trabalho sobre Benefícios Eventuais, através da Resolução nº 31 de 15 de dezembro de 2015. Solicita também que os municípios revisem suas resoluções municipais para concessão de Benefícios Eventuais e aguardem para fazê-la após aprovação da resolução Estadual em plenária estadual do dia 13 de setembro de 2016. A plenária deliberou encaminhamento para a comissão de Legislação, Normas e Financiamento para as devidas providências. **Ofício 2016 – AFAA:** Informa que a Associação Fraterna Arca da Aliança está solicitando a suspensão do serviço ofertado pelo prazo de 06 meses, conforme prevê o artigo 7º da Resolução CNAS 14/2014. No ofício a entidade relata que utilizava de espaço locado, e o proprietário solicitou o imóvel que será demolido e construído um prédio que desenvolverá atividades sociais, cuja a previsão de inauguração será em Julho de 2017. Diante do fato, é sabido que a população que necessita de acolhimento noturno não terá outra instituição que preste este tipo de atendimento e ficará desassistida. Os demais casos serão atendidos pelo Centro Pop. A plenária deliberou pelo encaminhamento de ofício ao órgão Gestor questionando quais providências estão sendo tomadas em relação ao assunto, já que se nota que somente o terceiro setor se mobiliza para essa questão. **3) Comissão de Legislação, Normas e Financiamento:** Hanelore realizou leitura do ofício de resposta do Estado em relação aos recursos devolvidos e apresentou uma análise mais aprofundada sobre o Cofinanciamento Estadual e as devoluções dos recursos através de planilha resumida dos valores repassados e devolvidos:

Ano	Valor Repassado pelo Estado (R$)	Valor devolvido pelo Município (R$)	Percentual devolvido	Decretos

2011	269.280,00	3.756,72	1.40%	3316/2010
2012	302.846,00	1.237,04	0.41%	760/2011 permite reprogramar 30%
2013	344.616,49	183.112,35	53,14%	760/2011 permite reprogramar 30%
2014	651.205,39	293.135,04	45,01%	760/2011 permite reprogramar 30%
2015	156.441,00	66.280,39	42,37%	1968/2014 permite reprogramar 40%
Total	**1.724.388,88**	**547.521,54**	**31,75%**	

A plenária deliberou encaminhamento de ofício à Procuradoria Geral do Município para consulta em relação a essas devoluções ao Estado, o que o município pode mobilizar para mudanças nesses procedimentos. Na continuidade, a Secretária Executiva Valquiria, relatou informações da Audiência Pública em Defesa dos SUAS, realizada no dia 4 de agosto, às 14 horas na Faculdade SENAC de Florianópolis. A audiência pública foi convocada pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de SC (Alesc), por solicitação da deputada Luciane Carminatti (PT) – que é presidente da Frente Parlamentar de Assistência Social. Participaram da audiência entidades diretamente ligadas ao setor, como o Conselho Estadual de Assistência Social (Ceas-SC); o Fórum dos Trabalhadores do Suas; o Fórum dos Usuários do Suas; o Fórum Permanente de Assistência Social (Fepas); o Colegiado de Gestores Municipais de Assistência Social (Coegemas/SC) e representante do Ministério Público.Totalizando cerca de 250 pessoas. Durante o evento foi lançada a Frente Catarinense em Defesa do Sistema Único de Assistência Social (Suas), que trabalhará pela aprovação e criação de projetos no âmbito estadual, contando com a participação das Entidades, órgãos públicos e grupos ligados à Assistência Social de todo o Estado. Após o relato, a conselheira Mônica trouxe a plenária uma conversa quanto à necessidade de acessibilidade nos serviços e equipamentos do público da assistência social. A Conselheira Gisseli relatou a dificuldade sentida durante os eventos, principalmente nos momentos de interação e convivência (por exemplo, durante o momento do café) quanto a inclusão. Diante o fato, sugeriu-se a proposta de trabalhar o tema com o apoio de todos os Conselhos para a promoção da acessibilidade e sensibilidade para a inclusão de todos, independentemente de gênero, querer ajuda ou não, pequenas ações de cuidado, auxílio e disponibilidade para o outro. Estímulo e divulgação de boas maneiras para a convivência entre o todo e todos. A plenária deliberou para a próxima Gestão viabilizar a realização dessa ação conjunta com os Conselhos Municipais ligados a Política de Assistência Social. Outra questão que a comissão apontou e sugere-se que seja feito o acompanhamento do Edital de credenciamento que não exige das entidades a apresentação de prestação de contas, porém, mensalmente os pagamentos aparecem nos balancetes encaminhados ao CMAS. Está elaborado um quadro como sugestão para a próxima Comissão de Legislação. **4) Comissão de Políticas Públicas:** A conselheira Sineide apresentou o relatório de acompanhamento das deliberações da X Conferência Municipal. Sem mais, deu-se por encerrada a reunião, da qual lavrei a presente ata que vai assinada por mim, Jaqueline Andrea Massaini Mira, e pelos demais presentes e publicada no SEI – Sistema Eletrônico de Informação da Prefeitura com a assinatura eletrônica da Presidente.

Jaqueline Andrea Moreira Massaini Mira	_____
Analucia Pinto Ferreira Olah	_____
Carlos Alberto S. da Rosa	_____
Daniela Aparecida Ribeiro	_____
Estefânia Rosa Basi de Souza	_____
Fabiana Salomão Mazzi	_____
Francielle Deluca Rosa	_____

Gisseli Fontes de Oliveira	_____
Hanelore Misfeld	_____
Letícia da Silva Britto	_____
Mirian dos Santos da Silva	_____
Mônica Cristina Romminger	_____
Neide Mary Camacho Solon	_____
Rafaela das Neves Marques	_____
Roseli A. C. Nabozny	_____
Simone Wonspeher	_____
Sineide Campos Costa	_____
Valquiria V. R. Backes Forster	_____

Documento assinado eletronicamente por **Mirian dos Santos da Silva**, **Usuário Externo**, em 30/08/2016, às 21:17, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://portalsei.joinville.sc.gov.br/ informando o código verificador **0374497** e o código CRC **117AA2C3**.